



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. JONES FIGUEIRÊDO

148
rap.

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo em Mandado de Segurança nº 295870-3

Embargante: Silvio Teixeira da Silva

Embargado: Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

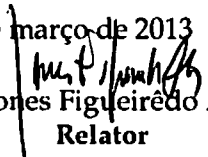
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. INSTRUMENTO QUE NÃO SE PRESTA PARA ENSEJAR A REAPRECIÇÃO DE MATÉRIA JÁ ENFRENTADA PELO ÓRGÃO JUDICANTE. OMISSÃO INOCORRENTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 353 DO CPC. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Recurso interposto ao argumento de omissão quanto ao mérito da causa, que, em verdade, não comprova os vícios apontados, conforme exigência do art. 535 do CPC. Inviável o manejo dos Embargos Declaratórios por não se apresentarem como recurso hábil ao reexame da matéria.
2. Ainda que interpostos com a finalidade de prequestionamento, os embargos de declaração devem se submeter ao regime imposto pelo art. 535, do C.P.C.
3. Recurso improvido à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 295870-3, em que figuram como Embargante Silvio Teixeira da Silva e Embargado Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, a unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Tudo conforme a ementa e voto integram a presente decisão.

Recife, 21 de março de 2013


Des. Jones Figueirêdo Alves
Relator

149
[assinatura]

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo em Mandado de Segurança nº 295870-3

Embargante: Silvio Teixeira da Silva

Embargado: Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

RELATÓRIO:

Silvio Teixeira da Silva opõe Embargos de Declaração ao Acórdão, fls., relativo ao julgamento do Recurso de Agravo interposto contra decisão monocrática que julgou extinto, sem resolução de mérito, o Mandado de Segurança impetrado, nos termos do art. 267, I, do Código de Processo Civil (fls. 93/96).

Em suas razões o Embargante reitera todos os argumentos já lançados no apelo, alegando em síntese que: (i) o mandado de segurança foi impetrado apenas contra um ato ilegal do Magistrado *a quo*, que, em fase de execução de sentença, expediu mandado de reintegração de posse contra o imóvel do impetrante; (ii) defende que por se encontrar na condição de terceiro prejudicado, não participante da lide principal, nem o imóvel ter sido objeto da ação de imissão de posse, seria cabível ser cabível o remédio constitucional contra o ato em questão; (iii) discorre acerca da exigência legal de citação de todos os litisconsortes para responderem a esse tipo de ação, desde que demonstrado o nexo de causal entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial (art. 47 e art. 499, §1º do CPC); (iv) reforça o argumento de que o objetivo do presente writ não é desconstituir a sentença, mas apenas impedir que os respectivos efeitos ultrapassem os limites da lide e alcancem o bem que lhe pertence, qual seja, a casa n. 1105.

Por fim, alega que o acórdão teria sido omissivo por não se pronunciar acerca da tese de que o objeto do *mandamus* seria o ato reintegratório em si, com fundamento na Súmula n. 202 do STJ e não a sentença que o respalda, conforme consignado na decisão colegiada.

Nestes termos, e para fins de pré-questionamento, requer o acolhimento do recurso.

É o relatório.

VOTO:

Uma exata compreensão da questão trazida por este recurso é suficiente com a transcrição da decisão recorrida:

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. DESCABIMENTO DO WRIT. RECURSO IMPROVIDO. 1. Ordem de desocupação do imóvel objeto da ação de imissão de posse que, renovado por duas vezes, decorreu do trânsito em julgado da sentença ocorrente em 22 de julho de 2010. Tal circunstância, revela, por certo, a inadequação da via eleita tendo em vista o teor do que prescreve o inciso III do art. 5º da Lei nº [assinatura]

150
16

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

12.016/09 e da Súmula 268 do Supremo Tribunal Federal. 2. O manejo anômalo do mandado de segurança, como substitutivo de ação anulatória ou rescisória, apresenta-se inviável. Com efeito, não se presta o writ como substitutivo de ação prevista em lei (art. 485 e 487 do CPC), exceto quando a excepcionalidade reclamar imediata solução, a ponto de justificar a eventual admissibilidade do remédio heróico, o que, a olhos vistos, não é a hipótese dos autos, demonstrando-se, daí, a impropriedade da via eleita. 3. Não há como se acolher, sob qualquer ângulo, a presente ação mandamental, no influxo de que, além de todo o exposto com relação à sua impropriedade, não se vislumbra, em face das peculiaridades da causa, tenha a decisão de primeira instância incorrido em qualquer ilegalidade ou teratologia, ou tampouco, tenha o impetrante logrado demonstrar, de plano, a existência de direito líquido e certo a ser tutelado, capaz, assim, de justificar o uso extremado do remédio constitucional. 4. Falta ao impetrante o interesse processual de agir para impetração, que se consubstancia no duplo predicado - utilidade/necessidade e adequação do provimento judicial invocado -, a torná-lo, portanto, carecedor de direito de ação, diante da manifesta impropriedade do writ em casos tais. 5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Agravo. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 295870-3, em que figuram como Agravante SILVIO TEIXEIRA DA SILVA e Agravado JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente a decisão impugnada. Tudo conforme a ementa, e os votos que fazem parte integrante da presente decisão. Recife, 21/02/2013. Des. Jones Figueirêdo Alves - Relator

Cuido que os embargos, a toda evidência, desmerecem convalescer, porquanto não demonstrado qualquer vício a ser sanado.

A decisão colegiada é clara o ao dispor que o Mandado de Segurança não se presta como sucedâneo de recurso ou de ação prevista em lei (art. 485 e 497 do CPC).

Diante desse contexto, mostra-se totalmente descabida a pretensão do embargante, quando o julgado embargado, mostrou-se exauriente acerca da questão posta, sem qualquer ofensa às regras do art. 535 do CPC.

Ainda que interpostos com a finalidade de prequestionamento, os embargos devem se submeter ao regime imposto pelo reportado dispositivo legal.

Sobre o tema, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ENUNCIADO Nº 284 DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PREQUESTIONAMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCABIMENTO. PRECEDENTES.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando "houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;" ou "for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal." (artigo 535 do Código de Processo Civil). 2. São inadmissíveis os embargos declaratórios em que a parte



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

151
151

embargante se limita a apontar violação de dispositivo constitucional, olvidando-se, contudo, de apontar a existência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. 3. "Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que têm o único propósito de prequestionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto" (EDclEDclEResp nº 579.833/BA, Relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, in DJ 22/10/2007). 4. "O prequestionamento para o RE não reclama que o preceito constitucional invocado pelo recorrente tenha sido explicitamente referido pelo acórdão, mas, sim, que este tenha versado inequivocamente a matéria objeto da norma que nele se contenha." (RE nº 141.788/CE, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, in DJ 18/6/93). 5. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1157326/RR, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 02/02/2011).

Ausentes, portanto, os pressupostos legais de embargabilidade, elencados pelo art. 535 do Código de Processo Civil, meu voto é rejeitando os presentes aclaratórios, consoante a dicção da lei.

É como voto.

Recife 21 de março de 2013

Jones F. Alves
Des. Jones Figueirêdo Alves
Relator